

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



A coordenação operacional da investigação criminal em Portugal

Estudo teórico

Autor: Carlos Filipe Augusto Lourenço

Lisboa, 05 de julho de 2019



RESUMO

A complexificação e diversificação da criminalidade impõe constantes desafios à segurança e à realização da justiça. O sistema de investigação criminal em Portugal é composto de múltiplos atores com competências diferenciadas que se relacionam intrinsecamente. A complexa organização do sistema, onde órgãos de polícia criminal concorrem de forma permanente na investigação, exige mecanismos e estruturas eficazes de coordenação da sua atividade, que permitam no decurso das diferentes investigações identificar oportunamente potenciais conflitos e concertar estratégias de atuação. A coordenação da investigação criminal assume-se por isso determinante para a ação penal, dependendo a sua eficácia da existência de um sistema de coordenação igualmente eficaz e eficiente.

Palavras-chave: cooperação, coordenação, investigação criminal, sistema.

ABSTRACT

The increasing complexity and criminality diversification impose to security and justice constant challenges. The criminal investigation system in Portugal is composed of multiple actors with differentiated competencies that are related intrinsically. The complex system organization, where criminal police agencies are constantly involved in the investigation, requires effective mechanisms and structures to coordinate its activity, allowing in the course of the different investigations to identify potential conflicts in a timely manner and to coordinate action strategies. The coordination of the criminal investigation is therefore decisive for criminal action, and its effectiveness depends on the existence of an equally effective and efficient coordination system.

Keywords: cooperation, coordination, criminal investigation, system.

INTRODUÇÃO

As constantes mudanças sociais, económicas, culturais e tecnológicas, facilitaram o desenvolvimento de redes policriminais organizadas, de âmbito transregional e transnacional, de elevada tecnicidade, itinerância e volatilidade. Esta evolução, como afirma Rodrigues (2002), permitiu a estruturação e diversificação do crime passando a explorar de modo conjugado e em paralelo as suas distintas e diferentes vertentes, desde o jogo ilícito, a exploração sexual, o tráfico de droga, de armas e de pessoas, o furto de veículos, a outros crimes, surgindo o branqueamento de capitais invariavelmente como complemento habitual dessas atividades.

Esta circunstância exige um esforço permanente de procura e aperfeiçoamento das metodologias de investigação criminal, do reforço das capacidades técnicas dos operadores da segurança e da justiça, e de instrumentos formais adequados, essenciais à eficiente identificação e responsabilização penal dos infratores. O sistema de investigação criminal necessita, por conseguinte, de uma organização e estrutura eficientes que respondam a estes desafios e permita estabelecer um equilíbrio sustentável entre as capacidades de investigar e reprimir crimes, e as motivações várias para os cometer.

Na abordagem clássica, o sistema operativo da atividade de investigação criminal, seguido por Braz (2014), assenta em três pilares essenciais: o método; a informação; e, a cooperação. Nesta conceção não se considera a ‘coordenação’, que entendemos de capital relevância para o sistema, sem a qual os demais pilares facilmente se corroem.

Consideramos, portanto, que a realização de um estudo teórico relativo à coordenação da investigação criminal em Portugal reveste especial interesse, pertinência e oportunidade, numa época em que, no mesmo campo de atuação, se multiplicam os operadores, a investigar os mesmos crimes, em diferentes direções, com distintas estratégias e objetivos frequentemente conflitantes.

Parece inerente ao objeto deste trabalho um certo grau de complexidade. Se por um lado é manifesto o desprezo académico relativo à especificidade deste tema, por outro lado o vazio bibliográfico constitui outro desafio. Ainda assim, decidimos prosseguir este esforço, animados pela ambição de contribuir para a reflexão sobre a efetividade dos instrumentos de coordenação da atividade de investigação existentes em Portugal e identificar as suas vicissitudes e inconsistências no combate à criminalidade.

O SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM PORTUGAL

A organização da investigação criminal

- Os Órgãos de Polícia Criminal

Os órgãos de polícia criminal (OPC) são, pela sua natureza, reconhecidamente os principais executantes da investigação criminal, prestando ao Ministério Público (MP) a coadjuvação necessária à realização das finalidades do inquérito, conforme disposto no n.º 1 do Artigo 55.º do *Código de processo penal* (CPP) e n.º 2 do Artigo 2.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de organização da investigação criminal (LOIC). Nos termos da alínea c) do Artigo 1.º do CPP, no âmbito do inquérito, assumem esta condição todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados pelo MP ou determinados pelo próprio CPP. Estes, nos termos do Artigo 56.º e n.º 2 do Artigo 263.º do CPP e do n.º 4 do Artigo 2.º da LOIC, atuam, no processo, sob a direção e na dependência funcional do MP, sem prejuízo da respetiva organização hierárquica.

Nesta relação de assistência os OPC dispõem de plena autonomia técnica, tática e administrativa, o que lhes permite aplicar os seus conhecimentos e as metodologias de investigação adequadas, definir o tempo, o lugar e modo adequado à prática dos atos processuais, e empenhar e gerir os recursos operacionais que considerem necessários, podendo impulsionar e desenvolver por si as diligências admissíveis ao efeito, nos termos do previsto nos n.ºs 5, 6 e 7 do Artigo 2.º da LOIC. Este modelo de funcionamento, como afirma Antunes (2019, pp. 59-60), “concilia a autonomia orgânica destes órgãos, no sentido de persistir a sua dependência organizatória, administrativa e disciplinar perante o poder executivo, com a dependência funcional em relação às autoridades judiciais”.

O CPP não define ou distingue os OPC, nem confere competências processuais especificamente a qualquer polícia. Conforme afirma Cunha (1993, p. 14) “o CPP parte, pois da ideia de que o que define a atividade de um órgão, enquanto órgão de polícia criminal, é, não a sua qualificação orgânica ou institucional, mas sim a qualidade dos atos que pratica”. Essa qualidade e competências advêm dos próprios estatutos profissionais e da lei. A LOIC, no n.º 1 do Artigo 3.º, reconhece como OPC de ‘competência genérica’, a Polícia de Segurança Pública – PSP (alínea e) do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto), a Guarda Nacional Republicana – GNR (alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro), e a Polícia Judiciária – PJ (Artigos 1.º a 5.º da Lei n.º 37/2008, de 6 de

agosto). Nos termos do n.º 2 do Artigo 3.º da LOIC, são ainda considerados de ‘competência específica’ todos os restantes órgãos a que lei confira essa condição. A LOIC, no n.º 3 do seu Artigo 3.º, considera ainda a existência de OPC de ‘competência reservada’ por expressa previsão legal que atribua essa qualidade.

A distribuição das competências de investigação pelos órgãos de competência genérica é estabelecida pelos Artigos 6.º e 7.º da LOIC. O Artigo 6.º atribui de forma genérica à GNR e à PSP a investigação dos crimes que não esteja reservada a outros OPC e ainda dos crimes cuja investigação, na fase de inquérito, lhe seja deferida pelo Ministério Público, e na fase de instrução, pelo Juiz de Instrução. Por seu turno, a LOIC atribui à PJ a competência reservada, em absoluto, para a investigação de um catálogo específico de crimes, não podendo a sua investigação, jamais, ser conferida a outro OPC, conforme n.º 2 do Artigo 7.º. Para além destes crimes, de acordo com o n.º 3 do Artigo 7.º da LOIC, a PJ dispõe ainda da competência reservada de investigação de um elenco de outros crimes, de menor relevância penal. Porém, esta competência é relativa, podendo a investigação desses crimes ser atribuída pelo MP a outro OPC, nomeadamente à GNR ou à PSP, mediante a intervenção do Procurador-Geral da República (PGR), quando a investigação não se revele especialmente complexa, os crimes não forem praticados de forma altamente organizada, ou não assumam carácter transnacional, nos termos previstos no n.º 1 e 2 do Artigo 8.º. Ao invés, o n.º 3 do mesmo artigo, prevê a possibilidade da investigação de crime da competência genérica da GNR e da PSP ser atribuída a PJ, na fase de inquérito, pelo PGR, quando verificada alguma das circunstâncias anteriormente referidas. Compete ainda à PJ a investigação dos crimes elencados no n.º 4 do Artigo 7.º, sem prejuízo das competências específicas da Unidade de Ação Fiscal da GNR (UAF/GNR), do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), quando tiver adquirido a notícia do crime ou lhe seja delegada competência de investigação, conforme previsto no n.º 5.

No que concerne aos crimes associados ao tráfico de estupefacientes, previstos no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, as competências de investigação da GNR, PSP e PJ, encontram-se definidas no Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril.

Desta repartição de competências avulta, no imediato, que a investigação da pequena criminalidade está genericamente atribuída à GNR e à PSP, sendo a investigação da criminalidade mais complexa e organizada da responsabilidade da PJ, que poderá não só

investigar todos os demais crimes, mas também os crimes mais específicos cuja competência, pela sua especificidade, está também atribuída a outros órgãos.

Sem prejuízo das competências gerais de coadjuvação das autoridades judiciais que cabe aos OPC, está-lhes deferida a prática de certos atos por sua autodeterminação. Nestes termos, compete-lhes especificamente, de acordo com o n.º 2 do Artigo 55.º do CPP, por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir tanto quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes, e assegurar os meios de prova. Esta atribuição encontra-se, contudo, limitada nos casos em que o OPC não seja competente para a investigação, apenas podendo, por força do disposto no n.º 1 do Artigo 5.º da LOIC, praticar os atos cautelares estritamente necessários e urgentes.

A intrincada organização de competências e de atribuições, complexifica-se no plano prático, já que, antes de realizada a investigação não é possível determinar os crimes em concreto e estabelecer competências de investigação, e perante os mesmos não é clara a delimitação daquilo que são as diligências urgentes, derivando este labirinto frequentemente em conflitualidade processual e operacional entre OPC.

- A atividade do Ministério Público

O MP assume uma função determinante na aplicação da lei e na realização da justiça e do direito. Por imposição constitucional consagrada no n.º 1 do Artigo 219.º da CRP e no Artigo 1.º do Estatuto do MP (EMP), este órgão “representa o Estado, defende os interesses que a lei determinar, participa na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exerce a ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defende a legalidade democrática”.

No quadro da justiça penal, na expressão de Mendes (2018, p. 67), o MP é o “*dominus* do inquérito”, possuindo, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 53.º e no n.º 1 do Artigo 263.º do CPP, a competência exclusiva para dirigir o inquérito e assegurar as suas finalidades. Nos termos do n.º 1 do Artigo.º 262.º do CPP o inquérito, a primeira das fases do processo penal, pretende investigar a verificação de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher provas, para decisão sobre a acusação.

A competência de direção do inquérito não significa, porém, que investigação criminal deve ser direta e materialmente desenvolvida pelo MP. De acordo com Cunha (1993, p. 13), o MP não dispõe de um “corpo organizatório próprio de execução – são pois verdadeiras

«cabeças sem mãos», forçosamente remetidas à cooperação com outros órgãos”, estando por isso obrigados a recorrer ao auxílio dos OPC. Com efeito, para a prossecução das diligências de inquérito o MP é assistido pelos OPC, técnica, operacional e logisticamente capacitados para a sua realização e a atuar sob a sua direção, orientação e dependência funcional, nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 263.º do CPP.

O MP enquanto titular da ação penal detém ainda a faculdade, prevista no n.º 1 e 3.º do Artigo 270.º do CPP, de delegar nos OPC o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito, quando entender que tal seja mais vantajoso para a realização da justiça, sem prejuízo de, a todo o tempo, poder avocar o processo, fiscalizar o seu andamento e legalidade e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer atos, conforme previsto no n.º 7 do Artigo 2.º da LOIC. A direção do inquérito é, assim, na expressão de Leal-Henriques, Santos e Santos (2011, p.100), a capacidade de “dispor material e juridicamente da investigação, coordenando, controlando e orientando funcionalmente os seus assistentes”. A delegação de competências pelo MP pode ocorrer casuisticamente, ou ser efetuada por despacho de natureza genérica que indique o tipo de crimes ou os limites das penas aplicáveis, nos termos do n.º 4 do Artigo 270.º do CPP. Em qualquer caso, o MP, de acordo com a alínea h) do n.º 1 do Artigo 3.º do EMP, dirige sempre a investigação, ainda que os atos e as diligências processuais sejam realizados pelos OPC, de acordo com o previsto na LOIC.

Este diploma legal, entre outros aspetos relativos à organização e exercício da atividade de investigação criminal, define as tipologias de crime conferidas a cada OPC para investigação, e as condições em que essas competências podem formalmente ser atribuídas pelo MP a outro OPC. Nesta concepção, o MP parece estar limitado na direção do inquérito pela própria LOIC, porquanto o seu poder de delegação encontra-se condicionado ao quadro das competências de investigação respetivas dos OPC, estabelecidas nos Artigos 6.º e 7.º, apenas podendo, nestes termos, mesmo com a intervenção do PGR, deferir a investigação a outro OPC se verificados os pressupostos definidos no seu Artigo 8.º. Do que decorre, parece resultar evidente a impossibilidade do MP atribuir a competência de investigação de um crime, consumado ou em desenvolvimento, a um OPC distinto, à revelia do expressamente previsto na LOIC, quando tal se lhe “afigure, em concreto, mais adequado ao bom andamento da investigação”.

Porém, à luz dos princípios gerais da atividade administrativa, consignados no *Código de procedimento administrativo* (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), esta restrição é elidível, podendo o MP delegar a investigação diferentemente do estatuído na LOIC, pois ainda que o MP não seja órgão da administração pública, quando atua em representação do Estado está investido de poderes públicos, logo, por princípios de boa administração da ação penal e do interesse público na eficiência da justiça, pode preterir esses condicionalismos impostos pela LOIC. Dessa resolução não resultam quaisquer consequências jurídicas, por não contender com as garantias do processo penal constitucionalmente consagradas no Artigo 32.º da CRP.¹ Esta contingência permite ao MP aproveitar da concorrência dos OPC na investigação, mitigar o surgimento de conflitos negativos de competência e imprimir dinamismo na sua ação. Todavia, a elevada competitividade gerada exige mecanismos eficazes que garantam a permanente coordenação entre os OPC.

Estruturas e mecanismos de coordenação operacional

- Instrumentos de cooperação e a coordenação direta entre OPC

A Lei de Segurança Interna (LSI), aprovada pela Lei n.º 53/2008, de 27 de agosto, no n.º 2 do seu Artigo.º 6.º, estabelece que “as forças e serviços de segurança cooperam entre si”. Este princípio e dever geral de relacionamento impele, nomeadamente, ao dever de comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objetivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros.

A este respeito, a Lei de Política Criminal (LPC), que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, aprovada pela Lei n.º 96/2017, de 23 de Agosto, dispõe no Artigo 14.º que os OPC cooperam, em particular, na prevenção e investigação dos crimes que define por prioritários, devendo neste âmbito os seus responsáveis máximos promover ações conjuntas e operações coordenadas. Este mesmo preceito comete ainda às forças de segurança a responsabilidade de assegurarem, localmente, a direta coordenação aquando da realização de operações policiais que incidam sobre zonas limítrofes das respetivas áreas de competência territorial.

¹ A este respeito pode ser consultado o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 09 de junho de 2016, referente ao processo 50/14.0SLLSB-Y.L1 -9. Retrieved from <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/8cf93372a59dc58480257fd3004a5256?OpenDocument&Highlight=0,OPC,compet%C3%Aancia>

De modo complementar, a LOIC estabelece o dever de ‘cooperação mútua’ no domínio da investigação criminal, consagrado no Artigo 10.º da LOIC. Esta cooperação, nos termos previstos no seu Artigo 11.º, é garantida por um sistema integrado de informação criminal (SIIC), designada plataforma para o intercâmbio de informação criminal (PIIC), aprovada pela Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que assegura a partilha de informação entre os OPC de acordo com os princípios da necessidade e da competência, com vista à cooperação e reforço da prevenção e repressão criminal.

Nesta esteira, e no sentido de assegurar uma direta e natural coordenação entre os OPC no exercício da atividade operacional de investigação criminal, a LOIC prescreve princípios e procedimentos básicos de relacionamento entre os OPC. A este respeito, para delimitar a sua amplitude de intervenção, estabelece que, nos casos em que o OPC que tiver a notícia do crime não seja competente para a investigação, apenas pode praticar os atos estritamente urgentes e necessários a assegurar a prova, de acordo com o n.º 1 do Artigo 5.º. Com idêntico propósito, prevê que os OPC de competência genérica se abstenham de iniciar ou prosseguir investigações por crimes que, “em concreto” estejam a ser investigados por outros de competência específica, conforme n.º 2 do Artigo 4.º.

No sentido de aprofundar a coordenação automática entre OPC, determina ainda o n.º 2 do Artigo.º 5 que, se no decurso da investigação vier a ser estabelecida relação com crimes que não sejam da competência do OPC que a tiver iniciado deve, por sua iniciativa e no mais curto prazo, remeter o processo ao OPC competente para prosseguimento da investigação, apenas disso informando o MP. Como se, na prática, de uma fácil e simples solução se tratasse. Esta resolução matemática parece desconsiderar por completo todo o trabalho desenvolvido pelo OPC que iniciou a investigação em perfeita harmonia estratégica com o MP, e o conhecimento intransferível construído por vezes durante vários meses ou anos, colocando no caminho um novo ator estranho ao equilíbrio anteriormente estabelecido. Da parte do MP, este dispositivo regulador das competências, não impõe especial antagonismo, dado que, nos termos do n.º 3 do Artigo 5.º, pode em todo o caso promover as formas de cooperação que considerar adequadas para o bom prosseguimento da investigação. Já do lado do OPC que se encontra a investigar, como afirma Valente (2004b, p 101), se “a nossa ingenuidade não desconhece «as desavenças» e os atritos normais do serviço entre as várias polícias”, também não se pode ignorar os efeitos nefastos que provoca na relação de permanente competição entre polícias, que se pretende pacificada.

- As competências do MP na coordenação da investigação criminal

A titularidade e direção do inquérito pressupõe a atribuição ao MP de outras competências, poderes e funções alargadas no âmbito da investigação criminal. Nesta dimensão dispõe de poderes de ‘fiscalização’ da atividade processual desenvolvida pelos OPC, de acordo com o previsto na alínea n) do n.º 1 do Artigo 3.º do EMP, cumprindo à Procuradoria-Geral da República, por força do estatuído na alínea h) do Artigo 10.º, fiscalizar superiormente essa atividade. Com efeito, o PGR, nos termos do Artigo 16.º da LOIC, pode emitir diretivas ou instruções genéricas sobre o cumprimento da lei pelos OPC e ordenar que lhes sejam realizadas inspeções, inquéritos ou sindicâncias.

De acordo com esse estatuto, no domínio da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), enquanto órgão que atua na dependência do PGR, assume, neste âmbito, competências específicas de coordenação e de direção da investigação e de prevenção, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 46.º. O exercício das funções de ‘coordenação’, de acordo com na alínea a) n.º 2 do Artigo 47.º, compreende, nomeadamente, “o exame e a execução de formas de articulação com outros departamentos e serviços, nomeadamente de polícia criminal, com vista ao reforço da simplificação, racionalidade e eficácia dos procedimentos”. Este estatuto confere, ainda, às Procuradorias-gerais distritais, para além da fiscalização da atividade processual que lhes cumpre realizar, prevista na alínea e) do Artigo 56.º, a competência em abstrato para “coordenar a atividade de investigação dos órgãos de polícia criminal”, de acordo com a sua alínea d).

A LPC (biénio 2017-2019), no Artigo 15.º, comete ao PGR a faculdade de, a título excecional, ouvidos os respetivos dirigentes máximos, poder constituir equipas mistas compostas por elementos dos diversos OPC para investigar crimes violentos e de investigação prioritária, a atuar sob a dependência funcional do Ministério Público, sem prejuízo da dependência hierárquica dos seus membros. Esta prerrogativa pode constituir-se a melhor opção para o MP, nos casos em que no decurso de uma investigação sejam identificadas conexões com crimes da competência específica ou reservada de outro OPC, nos termos do n.º 3 do Artigo 5.º da LOIC, fazendo, assim, convergir para a investigação todas as capacidades técnicas e operacionais disponíveis.

- As competências de coordenação de investigação criminal do SGSSI

A atual LSI, através do Artigo 15.º, veio introduzir no Sistema de Segurança Interna um novo órgão, centralizador de amplas competências de coordenação, direção, controlo e comando operacional sobre as diversas forças e serviços de segurança (FSS): o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SGSSI). No quadro da coordenação, o Artigo 16.º da LSI, atribui ao SGSSI poderes para “concertação de medidas, planos ou operações” entre as diversas FSS, para “articulação entre estas” e outros serviços ou entidades públicas ou privadas e para cooperação com os organismos congéneres internacionais ou estrangeiros, de acordo com o *Plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança* (PCCCOFSS). Neste particular, compete-lhe, nos termos das alíneas a) e c) do n.º 2, garantir a necessária articulação das FSS e coordenar a sua ação, através dos respetivos dirigentes máximos e, bem assim, reforçar a mútua colaboração, provendo o seu acesso às informações necessárias.

Sucede que as FSS, quando atuam em sede de investigação criminal, são simultaneamente OPC e, neste contexto, são também coordenadas pelo SGSSI. Nesse domínio, a atual LOIC veio introduzir algumas alterações ao nível da coordenação dos OPC. Assim, no seu Artigo 15.º, sob a epígrafe “sistema de coordenação”, confere ao SGSSI a responsabilidade de coordenação dos OPC, de acordo com as orientações genéricas que sejam emitidas pelo Conselho Coordenador dos OPC (CCOPC), sem prejuízo das competências próprias do MP. Nestes termos, ouvidos os dirigentes máximos dos OPC ou os seus representantes, compete-lhe, nomeadamente, velar pela repartição das competências entre OPC de modo a evitar conflitos, garantir a partilha de meios e serviços de apoio e assegurar o funcionamento e o acesso de todos os OPC ao SIIC de acordo com as suas necessidades e competências. Não obstante, o SGSSI não pode aceder às informações constantes no SIIC, a processos concretos ou aos elementos deles contantes, nem emitir diretivas, instruções ou ordens sobre eles, conforme previsto nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 15.º da LOIC.

Entre outras atribuições, compete ao CCOPC, conforme previsto na alínea a) e f) do n.º do Artigo 14.º da LOIC, fornecer orientações genéricas para assegurar a articulação entre OPC, e definir metodologias de trabalho e ações de gestão que “favoreçam uma melhor coordenação e mais eficaz ação” dos OPC. Este órgão, nos termos artigo 13.º da LOIC, é presidido pelos Ministros da Justiça e da Administração Interna, e integra os dirigentes

máximos da GNR, da PSP, da PJ, do SEF, da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e de outros OPC de competência específica, e o próprio SGSSI, que coadjuva a presidência na preparação e na condução das reuniões.

No plano da política criminal, ao contrário da LPC (biénio 2009-2011), que atribuía ao SGSSI a possibilidade de constituir, sob a sua coordenação, equipas mistas especialmente vocacionadas para prevenir crimes violentos e graves de prevenção prioritária, a LPC (biénio 2017-2019) é omissa quanto ao Sistema de Segurança Interna (SSI). No entanto, do que decorre da LSI e da LOIC, e sem prejuízo das limitações legais, o SGSSI possui um papel ímpar no campo da investigação criminal, sendo a sua intervenção preponderante tanto em sede de gestão de meios, como da articulação, cooperação e coordenação da atividade dos OPC.

- Subsistemas e estruturas específicas de coordenação

O Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, consagra um regime jurídico específico de combate ao ‘tráfico de estupefacientes’, que se mantém salvaguardado pelo Artigo 19.º da LOIC, define as competências e as responsabilidades dos diversos OPC e serviços aduaneiros e de segurança no âmbito da investigação e prevenção criminal e edifica neste quadro um sistema de cooperação e coordenação próprio, sem prejuízo da competência das autoridades judiciais. Neste domínio, através do Artigo 6.º, institui as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), integradas pela GNR, PSP, PJ, SEF e pelos serviços aduaneiros da AT, a funcionar sob a coordenação e direção estratégica e tática da PJ, que para o efeito centraliza toda a informação. A esta estrutura de coordenação compete disciplinar e assegurar a partilha de informações procedentes de cada força ou serviço integrante e assegurar a coordenação das ações operacionais que devam ser executadas em comum. Nesse sentido, nos termos do Artigo 4.º, os demais OPC que compõem a UCIC, transmitem de imediato à PJ todas as informações que obtenham quanto à preparação ou execução dos crimes previstos no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, bem como os dados referentes às ações planificadas, designadamente, identificações, buscas, detenções, apreensões, interceções de comunicações, que pretendam desencadear nesse âmbito, com vista a obviar a intrusão ou contusão entre investigações em curso. Este sistema de coordenação, concretizado através do denominado “protocolo UCIC”, celebrado em 7 de outubro de 1996, entre as forças ou serviços competentes para o combate ao tráfico de droga,

tendo em vista o aprofundamento e concretização dos procedimentos sistemáticos a desenvolver, mantém-se em pleno vigor, assegurando a estreita e direta partilha de informação e a permanente coordenação global das investigações ao tráfico de droga.

No domínio do ‘terrorismo’, a LSI, no Artigo 23.º, consagra a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), criada por despacho do Primeiro-Ministro de 25 de fevereiro de 2003, atribuindo-lhe competências para a coordenação e partilha de informações, no âmbito da ameaça e do combate a este crime em específico, entre os diferentes serviços e entidades que a integram. Este órgão funciona na dependência e sob a coordenação do SGSSI, competindo-lhe, entre outras missões, a coordenação dos planos de execução das ações previstas na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015. Apesar das diferentes composições assumidas, presentemente, integram a UCAT, o SGSSI, o Secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), os dirigentes máximos da GNR, da Polícia Marítima (PM), da PSP, da PJ, do SEF, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS), podendo, por iniciativa própria, ou a convite do SGSSI participar nas reuniões um representante do PGR. A sua organização e funcionamento está definida no Decreto Regulamentar n.º 2/2016, de 23 de agosto, sendo as suas atribuições asseguradas em permanência e de forma ininterrupta, nas instalações do SGSSI, através de uma equipa técnica dedicada e em exclusividade de funções. As entidades e serviços que integram a UCAT, tendo em vista a adequada coordenação e partilha de informações, realizam reuniões ordinárias periódicas e, sempre que se justifique, reuniões extraordinárias, por forma a proporcionar uma resposta adequada aos desafios do terrorismo.

Identicamente, o Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de abril, procede à regulamentação das condições de acesso recíproco às bases de dados das autoridades com competências de investigação no âmbito dos ‘crimes tributários’. Para o efeito constitui o Grupo Permanente de Ligação (GPL), sediado na Unidade de Informação Financeira (UIF) da PJ, com a responsabilidade de assegurar o acesso, a análise e transmissão da informação pretendida, nos termos dos Artigos 4.º e 5.º. Neste mesmo sentido, o Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de fevereiro, que estabelece as competências das unidades da PJ, através do Artigo 5.º, atribui à UIF, para além de outras competências, a de proceder à recolha, centralização, tratamento e difusão ao nível nacional da informação respeitante à prevenção e investigação dos crimes tributários, assegurando a cooperação e articulação com a autoridade judiciária, com as

autoridades de supervisão e de fiscalização e com as entidades financeiras e não financeiras, sem prejuízo das atribuições dos órgãos da administração tributária. Nesta sede, podem integrar a UIF funcionários da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, da Direcção-Geral dos Impostos e de outras autoridades de supervisão ou serviços e estruturas governamentais. No sentido de aprofundar níveis de cooperação e coordenação foi celebrado entre as entidades competentes o Protocolo n.º 22/2003, de 4 de julho, ficando de fora a UAF/GNR, tendo por objetivo adicional a programação de ações de investigação conjuntas, a prestação de assessoria técnica e a coordenação das equipas mistas e de apoio operacional, no âmbito do combate à criminalidade tributária e aos crimes do branqueamento de capitais.

Noutro campo, a Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, que aprovou a anterior LOIC, estabelecia no seu Artigo 8.º um “sistema de coordenação” direto entre os OPC para a ‘generalidade dos crimes’, excepcionando o tráfico de droga. Aquele diploma legal previa uma coordenação operacional entre OPC, ao nível nacional, assegurada pelos dirigentes máximos da GNR, PSP e PJ, e nos diferentes níveis hierárquicos ou unidades territoriais por representantes por eles designados. Neste contexto foi aprovado, em 16 de janeiro de 2001, entre os representantes dos OPC de competência genérica, o Sistema de Coordenação Operacional (SICOP), constituído pela Unidade de Coordenação Operacional (UCO) composta pelos dirigentes máximos, pelo Secretariado Permanente (SP) com dois representantes de cada OPC, e pelos Pontos de Contacto Operacional com representantes dos OPC nas unidades territoriais.

Com a revogação da Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto, e a atribuição da responsabilidade da coordenação ao SGSSI, a UCO, considerando a importância da direta coordenação entre os OPC, propôs ao SGSSI a continuidade do SICOP, que concordou com a sua manutenção até que fossem definidos pelo CCOPC os moldes em que passava a assumir esse encargo. A este respeito, de acordo com o revelado pelo então Secretário-Geral-Adjunto do SSI, em 27 de setembro de 2011, no Seminário “Crime sem fronteiras”, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o projeto proposto pelo SSGI pretendia ajustar o SICOP à nova LOIC e alargar o seu âmbito ao SEF e a outros OPC de competência específica. Garantiu ainda, durante a sua intervenção, que este projeto foi discutido e elaborado com os contributos da GNR, PSP e PJ, estando a aguardar aprovação numa futura reunião do CCOPC (Lucas, 2011).

PERSPETIVAS DO SISTEMA DE COORDENAÇÃO

- A intervenção do MP e do SGSSI na coordenação dos OPC

Discorridas as competências do MP na relação estabelecida com os OPC, ressaltando a estatutariamente atribuída às Procuradorias-gerais distritais nas respetivas áreas de jurisdição administrativa, para coordenar no geral a atividade de investigação dos OPC, e das abstratamente conferidas ao DCIAP para articulação com os mesmos com vista à racionalização e otimização dos procedimentos no domínio da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade, não vislumbramos qualquer atribuição de competências efetivas de coordenação da globalidade da atividade de investigação criminal desenvolvida pelos OPC. Ao MP compete, no essencial, a direção do inquérito, dispondo nesta dimensão de meros poderes de fiscalização da atividade processual desenvolvida pelos OPC. Por outro lado, não obstante a possibilidade prevista na atual LPC de poder recorrer a equipas mistas compostas por elementos dos diversos OPC para investigar crimes violentos e de investigação prioritária, esta prerrogativa não tem sido particularmente utilizada pelo MP, optando antes, nos casos em que a investigação carece de capacidades técnicas e operacionais próprias de distintos OPC, por solicitar a sua coadjuvação específica para a realização dessas diligências em concreto.

No que respeita ao SGSSI, as limitações estatuídas nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 15.º da LOIC, que lhe impedem o acesso às informações contidas nos processos, e a emissão de ordens, instruções, ou diretivas aos OPC, inviabilizam a sua direta coordenação operacional da atividade de investigação criminal, sendo que, qualquer interferência nesse domínio entra em conflito com as competências próprias do MP. Por outro lado, considerando que o SGSSI é nomeado pelo Primeiro-Ministro e funciona na dependência do poder executivo, a sua ingerência na direta ação na investigação e, conseqüentemente, da prossecução da justiça é violadora do princípio da separação de poderes e da interdependência, consignado no Artigo 111.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Decorre, portanto, que a direta e imediata coordenação das vertentes operacional e processual da investigação dos inquéritos delegados nos OPC, que se possam revelar conflituantes, está vedada ao SGSSI. Estes condicionalismos não significam, porém, que o SGSSI não possua as competências legais necessárias para garantir a adequada e integral coordenação em matéria de investigação criminal entre os vários OPC, sem com isso colidir

com as competências de direção do inquérito, reservadas ao MP. Ademais, procede das atribuições de coordenação atribuídas ao SGGSSI e da direta relação funcional que possui com o Primeiro-Ministro, a faculdade de promover a implementação das medidas e dos planos de coordenação adequados a assegurar a coordenação entre os OPC. Foi neste quadro de atuação que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 9.º e alínea c) do n.º 2 do Artigo 8.º da LSI, por proposta do Primeiro-Ministro foi aprovado por Deliberação do Conselho de Ministros, de 25 de março 2010, o PCCOFSS que se encontra em vigor, e que poderão ser sistematicamente introduzidas as alterações que favoreçam uma melhor coordenação e mais eficaz atuação dos OPC.

O PCCOFSS, composto por 6 capítulos e 5 anexos, dedica um anexo especificamente à investigação criminal, nele se prevendo a organização e funcionamento de vários “subsistemas de coordenação”. Entre as diversas estruturas de coordenação e cooperação, consagra, expressamente, a UCAT, no âmbito do combate ao terrorismo, também previsto na LSI; a UCIC, no domínio do combate à droga, instituída pelo Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril; e, o GPL/UIF, regulamentado pelo Protocolo n.º 22/2003, de 4 de julho, no campo do combate à criminalidade tributária. Neste plano de coordenação operacional não consta, porém, qualquer referência à coordenação da restante criminalidade, especialmente da violenta e grave, nem ao SICOP, que o SGGSSI concordou em manter e reforçar, e que tinha a pretensão de garantir a coordenação entre todos os OPC. Todavia, em virtude de diversos interesses corporativistas estruturantes relativos à gestão e partilha de meios de investigação criminal, nomeadamente dos sistemas de escutas² e de identificação automática de impressões digitais, geridos pela PJ, este órgão nunca conseguiu alcançar esse desiderato. As expectativas da prometida adaptação e reforço do SICOP, volvidos uma década de vigência da atual LOIC, sem que tivessem sido operadas quaisquer alterações, começaram progressivamente a esvanecer-se e, com elas, perante as crescentes dificuldades em gerar entendimentos, esta importante estrutura de coordenação acabou por resignar, estando moribunda, não se realizando qualquer reunião entre os dirigentes máximos da GNR, PSP e PJ, no âmbito da UCO, desde 19 de julho de 2012. Em resultado, os representantes dos OPC no SP, que conduziam diretamente os assuntos de coordenação, deixaram de reunir

² O estudo de impacto económico realizado pelo Departamento de Investigação Criminal da PSP, em agosto de 2016, relativo à não partilha da totalidade das estações de acesso a escutas telefónicas, geridas pela PJ, e à sua não ampliação a instalações da GNR e PSP, apurou um custo anual com as deslocações de pessoal de aproximadamente de 500.000 Euros, apenas para a PSP, para além dos inerentes custos de oportunidade.

periodicamente, datando a última reunião de trabalho de 30 de março de 2017. Com efeito, em face da inexistência de outros instrumentos de coordenação operacional específicos, a UCIC tem vindo pontualmente, ao nível local, a servir de instrumento de cooperação e coordenação para outros tipos de criminalidade conexa com o tráfico de estupefacientes, para o que não está legalmente mandatada.

Contudo, se relativamente ao combate à criminalidade violenta e grave o SGSSI não conseguiu introduzir as convenientes alterações ao sistema de coordenação dos OPC, já no que se refere à cooperação, no exercício das competências atribuídas pela LSI e pela LOIC, tem vindo sucessivamente a constituir, em vários distritos, equipas mistas de prevenção da criminalidade compostas por elementos das diversas FSS. Por seu despacho, de 13 de dezembro de 2016, constituiu equipas mistas de prevenção da criminalidade para os distritos de Faro, Lisboa, Setúbal e Porto. Posteriormente, reconhecida vantagem da sua implementação nacional pelo Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), por despacho exarado em 08 agosto de 2017 criou equipas nos distritos de Aveiro, Braga e Leiria.

Estas equipas estão “especialmente direcionadas para a prevenção da criminalidade violenta, grave ou grupal e para os crimes executados com elevado grau de mobilidade ou dimensão transnacional”. No entanto, a delimitação territorial que lhes está implícita, coloca-as, de certo modo, numa situação de antagonismo funcional, não lhes possibilitando particular sucesso de intervenção no âmbito dos “crimes executados com elevado grau de mobilidade e dimensão transnacional”, para que estão mandatadas. A experiência construída, conforme afirma Lucas (2011, p. 167), à época Secretário-Geral-Adjunto do SSI, apesar de positiva, demonstra significativas disparidades em termos de eficácia no combate ao crime, derivando em “resultados mais ou menos excelentes dependendo, essencialmente, dos atores que os executam e do espírito de cooperação e salvaguarda do interesse global”.

Este diagnóstico deixa transparecer fragilidades preocupantes no dispositivo de combate à criminalidade violenta e grave. Se, por um lado, a incapacidade de constituir um sistema de coordenação entre OPC deixa antever problemas de coordenação entre as investigações, por outro, a implementação de equipas mistas em todos os distritos demonstra debilidades de eficácia, já que faz depender os seus resultados das vontades e das relações existentes ao nível local.

- As incoerências e inconsistências do sistema de coordenação

A perceptível ineficiência dos instrumentos formais e informais de coordenação entre OPC previstos na LOIC, a presente inação do SICOP, e a inexistência de outros mecanismos de coordenação da investigação criminal, parecem apontar para uma qualquer lacuna no sistema. Todavia, os dados disponíveis no Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2018, quando agregados de acordo com as competências dos subsistemas de coordenação existentes, mostram que os 4,2% de crimes correspondentes a criminalidade violenta e grave, e os 93,1% de outra criminalidade geral, que não são coordenados por nenhuma outra estrutura, devem merecer especial preocupação.

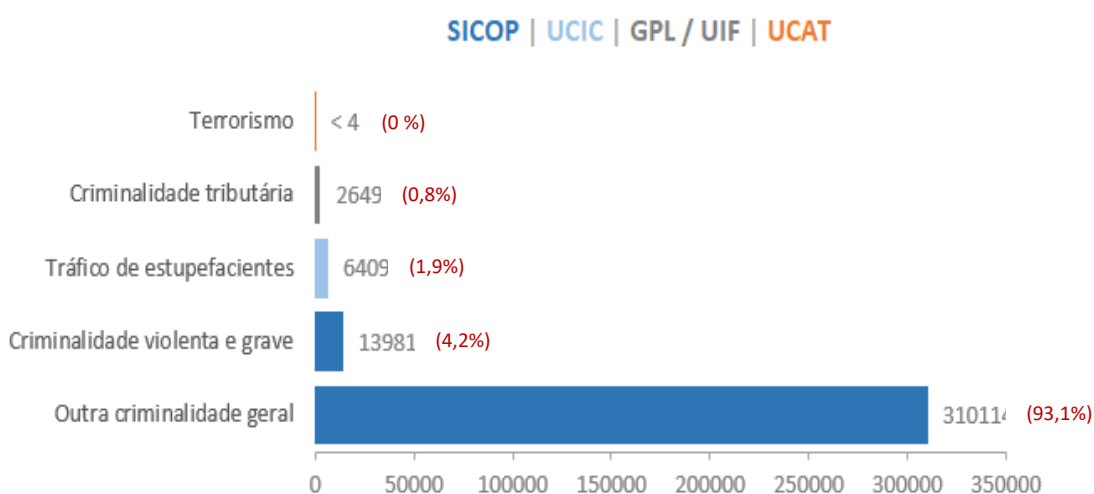


Figura 1. Distribuição de crimes registados por categorias criminais de acordo com os subsistemas e estruturas específicas de coordenação. Fonte: RASI, 2018.

Este quadro ganha particular relevância, quando em apenas 1,9 % da criminalidade global, correspondente ao tráfico de estupefacientes, de acordo com os dados constantes no Relatório Anual de Combate ao Tráfico de Estupefacientes em Portugal (RACTE; 2018), foram identificados no âmbito da UCIC 81 conflitos entre os vários OPC de competência genérica, sem contabilizar os conflitos internos que são igualmente frequentes, o que permite inferir da elevada conflitualidade na investigação de outros crimes.

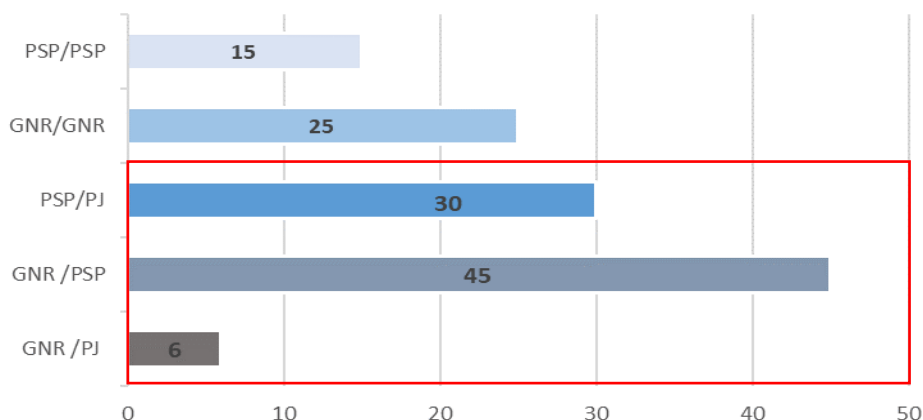


Figura 2. Conflitos entre OPC identificados no âmbito da UCIC. Fonte: RACTE, 2018.

Na realidade assim acontece. São efetivamente frequentes as situações de investigações por diferentes tipos de crime que derivam em colisões entre si, inclusivamente dentro do mesmo OPC, devidamente coordenadas dentro do próprio subsistema, com repercussões graves para a ação penal se não forem oportunamente previstas e estabelecida a devida coordenação. Nos casos em que não existe uma coordenação oportuna os efeitos são normalmente catastróficos. São, aliás, facilmente previsíveis as consequências da detenção de um suspeito ou da realização de buscas domiciliárias no decurso de uma investigação de burla ou falsificação de documentos, quando esse mesmo suspeito ou local de busca estejam no âmbito de uma investigação por roubo, tráfico de droga ou de armas, ou de pornografia de menores, a ser vigiados há vários meses, sem que se reunissem as condições adequadas para intervir por estes crimes.

A partilha de informação, formalmente assegurada pela PIIC, pode à primeira vista parecer equilibrar o problema. Todavia, este dispositivo, sem a devida e oportuna coordenação, associado à permanente competitividade dos OPC entre si, pode facilitar a sobreposição de investigações, sendo, portanto, meramente instrumental ao sistema de coordenação existente. Este entendimento parece não ser seguido pelo SSI, pois, nas “orientações estratégicas para 2019”, expressas no RASI (2018, pp. 224 a 233), é patente a ausência a qualquer referência à coordenação da investigação criminal entre OPC, mantendo, antes, o enfoque no reforço do intercâmbio de informação.

CONCLUSÃO

A progressiva diversificação e complexificação do crime, e a exigência de resposta oportuna no campo da ação penal, possibilitam o incremento de concorrência entre os operadores da investigação criminal, o que facilmente conduz ao aumento de conflitualidade entre investigações à responsabilidade de diferentes OPC.

Esta complexa realidade impõe, por conseguinte, a existência de mecanismos aprofundados de cooperação, que assegurem uma permanente e sistemática interação e articulação na execução da investigação criminal. Neste sentido, como afirma Valente (2004a, p. 91), se “a investigação criminal surge como motor de arranque do processo penal”, é necessário, na nossa perspetiva, que este dispositivo, além de instrumentos de aceleração, disponha de órgãos de segurança que permitam oportunamente identificar e resolver os riscos de colisão concorrencial, em benefício da eficiência da investigação criminal e da sua convivência profissional entre operadores de investigação criminal.

A coexistência de estruturas e subsistemas de coordenação estanques para diferentes matérias, que não permitam estabelecer pontes permanentes e duradouras entre si, associada ao desmoronamento do SICOP, comprometem seriamente a eficácia da prevenção e repressão da criminalidade, em especial a complexa, grave e organizada. Considerando, ainda, que o MP não coordena centralmente a atividade geral dos OPC, porquanto não possui as competências legais para o efeito, o modelo de organização atual exige particular envolvimento do SGSSI no domínio das competências, que lhe estão reservadas pela LSI e pela LOIC, na condução das matérias estruturantes do sistema de investigação criminal, em particular a coordenação. Este desiderato demanda uma participação proativa e de continuidade nos processos de decisão necessários à permanente adequação das estruturas e instrumentos de coordenação operacional, não sendo disso exemplo a anunciada reestruturação do SICOP e sua ampliação aos OPC de competência específica, que parece estar esquecida desde 2011, mas que é atual e premente.

Neste conspecto e sem prejuízo da importância das equipas mistas de prevenção criminal na definição de estratégias e procedimentos preventivos, não se tratando de um instrumento de coordenação efetivo, parece-nos preponderante retomar a revisão do sistema de coordenação, previsto no Artigo 15.º da LOIC. O eficiente combate à criminalidade mais complexa não se compadece com subsistemas de coordenação independentes, ou com a simples partilha de informação. Necessita de instrumentos aprofundados que garantam de

forma sistemática o planeamento, organização e promoção de diligências processuais e operacionais, que salvaguardem os interesses gerais e específicos de recolha de prova e promovam a exponenciação dos resultados das investigações coincidentes.

Para tanto preconizamos a edificação de um sistema nacional único de coordenação operacional da atividade investigação criminal, que integre os vários subsistemas existentes, gerido pelo SGSSI, com intervenção direta dos representantes do MP sempre que, identificadas coincidências ou conflitos de investigação, não sejam oportunamente resolvidas entre os OPC. Esta moção, perante a diversidade de órgãos a envolver e mobilizar pelo SGSSI, parece ousada e de resiliente concretização, porém, como afirma Sun Tzu (2009, p. 55) “será vitorioso aquele cujas forças estiverem unidas por um objetivo comum”.

Referências

- Antunes, M. J. (2019). *Direito processual penal*. Coimbra: Almedina.
- Braz, J. (2014). *Investigação criminal: A organização, o método e a prova: Os desafios da nova criminalidade*. Coimbra: Almedina.
- Cunha, J. D. (1993). *O ministério público e os órgãos de polícia criminal no novo código de processo penal*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Decreto de aprovação da Constituição (Constituição da República Portuguesa). *Diário da República, Iª Série*, n.º 86/1976, de 10 de abril.
- Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro. *Diário da República, Iª Série-A*, n.º 18/1993.
- Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril. *Diário da República, Iª Série-A*, n.º 95/1995.
- Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de abril. *Diário da República, Iª Série-A*, n.º 100/2003.
- Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de fevereiro. *Diário da República, Iª Série*, n.º 30/2009.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (Código de procedimento administrativo). *Diário da República, Iª Série*, n.º 4/2015.
- Decreto Regulamentar n.º 2/2016. *Diário da República, Iª Série*, n.º 161/2016.
- Deliberação do Conselho de Ministros, de 25 de março 2010. *Plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e dos serviços de segurança (Confidencial)*.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2018). *Relatório anual de segurança interna (2018)*. Lisboa: Governo da República Portuguesa. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2018>
- Leal-Henriques, M., Santos, M. S., & Santos, J. S. (2011). *Noções de processo penal*. Lisboa. Rei dos Livros.
- Lei n.º 21/2000, de 10 de agosto. *Diário da República, Iª Série-A*, n.º 184/2000.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. (Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública). *Diário da República, Iª Série*, n.º 168/2007.
- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana) *Diário da República, Iª Série*, n.º 213/2007.

Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto. (Lei Orgânica da Polícia Judiciária). *Diário da República, Iª Série*, n.º 151/2008.

Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal). *Diário da República, Iª Série*, n.º 165/2008.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. (Lei de Segurança Interna). *Diário da República, Iª Série*, n.º 167/2008.

Lei 38/2009, de 20 de julho (Lei de Política Criminal – biénio 2009-2011). *Diário da República, Iª Série*, n.º 138/2009.

Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto. *Diário da República, Iª Série*, n.º 155/2009.

Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto. (Lei de Política Criminal – biénio 2017-2019). *Diário da República, Iª Série*, n.º 162/201.

Lucas, P. (2011). O papel do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna na coordenação dos Órgãos de Polícia Criminal. *Politeia*, 7, 163-173.

Mendes, P. S. (2018). *Lições de direito processual penal*. Coimbra: Almedina.

Protocolo n.º 22/2003, de 4 de julho. *Diário da República, IIª Série*, n.º 152/2003.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015 (Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo). *Diário da República, Iª Série*, Supl. 1, n.º 36/2015.

Rodrigues, A. M. (2002). *Para uma política criminal Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.

Tzu, S. (2009). *A arte da guerra*. Lisboa: Relógio D'Água.

Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (2018). *Relatório anual de combate ao tráfico de estupefacientes em Portugal (2018)*. Lisboa: Polícia Judiciária.

Retrieved from <https://www.policiajudiciaria.pt/wp-content/uploads/2019/05/RelatorioAnual2018-TCD.pdf>

Valente, M. M. G. (2004a). *Dos órgãos de polícia criminal*. Coimbra: Almedina.

Valente, M. M. G. (2004b). *Regime jurídico da investigação criminal*. Coimbra: Almedina.